



Revista Conexão UEPG  
ISSN: 1808-6578  
ISSN: 2238-7315  
[revistaconexao@uepg.br](mailto:revistaconexao@uepg.br)  
Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Brasil

# A INDISSOCIABILIDADE NO SERVIÇO SOCIAL ENTRE ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO EM INTERLOCUÇÃO COM A REALIDADE SOCIAL

---

Silva, Jetson Lourenço Lopes da; Alves, Jarina Ébano Avelina Ferraz; Pereira, Thaiza Bezerra Silva;  
Santos, Thalyta Rayanna Fontes Rocha

A INDISSOCIABILIDADE NO SERVIÇO SOCIAL ENTRE ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO EM  
INTERLOCUÇÃO COM A REALIDADE SOCIAL

Revista Conexão UEPG, vol. 17, núm. 1, 2021

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=514166114076>

DOI: <https://doi.org/10.5212/Rev.Conexao.v.17.19549.76>

# A INDISSOCIABILIDADE NO SERVIÇO SOCIAL ENTRE ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO EM INTERLOCUÇÃO COM A REALIDADE SOCIAL

*Jetson Lourenço Lopes da Silva*  
Universidade Federal de Sergipe (UFS), Brasil  
jetsonlourenco@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.5212/Rev.Conexao.v17.19549.76>  
Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=514166114076>

*Jarina Ébano Avelina Ferraz Alves*  
Universidade Federal de Sergipe (UFS), Brasil  
jarinafr.br@gmail.com

*Thaiza Bezerra Silva Pereira*  
Universidade Federal de Sergipe (UFS), Brasil  
thaiza\_12@hotmail.com

*Thalyta Rayanna Fontes Rocha Santos*  
Universidade Federal de Sergipe (UFS), Brasil  
thalyta.rayanna@hotmail.com

Recepción: 09 Septiembre 2021  
Aprobación: 11 Noviembre 2022

## RESUMO:

Neste artigo, estão problematizações que concernem ao eixo articulador cuja extensão assume para a fina unidade existente no tripé estrutural da formação superior. Além disso, entre as questões levantadas ao longo do texto, a dimensão da extensão é situada a partir da potencialidade que consubstancia na construção de pontes ou mediações com a realidade social. Fundamentada em uma perspectiva teórica crítica, o desenrolar das problematizações objetivou apresentar discussões que desanuviam a relação das atividades extensionistas com o universo de problemáticas e necessidades que o cotidiano da vida social coloca para universidade e exige dela respostas. Nesse sentido, as discussões levantadas tangenciam a importância das ações de extensão para o curso de Serviço Social e apresentam considerações sobre a ação de extensão “Ciclo de Debates – particularidades da política social no Brasil: lutas, avanços e descaminhos na efetivação da proteção social”, realizada pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe.

**PALAVRAS-CHAVE:** Extensão, Realidade social, Serviço Social.

## ABSTRACT:

This paper addresses issues concerning the articulating axis represented by outreach activities that assume the fine unit existing in the structural tripod of higher education. Furthermore, within the discussion developed throughout the text, the outreach dimension is based on the potential that embodies the construction of bridges or mediations with social reality. Based on a critical theoretical perspective, the development of the problematization aimed to present discussions that unravel the relationship between outreach activities with the universe of problems and needs that everyday social life poses to the university and demands responses from it. In this sense, the reflections raised touch the importance of extension actions for the Social Work course and present considerations on the outreach action “Cycle of Debates - particularities of social policy in Brazil: struggles, advances and deviations in the implementation of social protection”, carried out by the Department of Social Services of the Federal University of Sergipe.

**KEYWORDS:** University Outreach Program, Social reality, Social service.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo deriva da atividade “Ciclo de Debates – Particularidades da Política Social no Brasil: lutas, avanços e descaminhos na efetivação da proteção social” articulada aos conteúdos que se desdobram na disciplina de Política Social II, na Universidade Federal de Sergipe (UFS), e posteriormente do amadurecimento teórico da equipe de execução no que se refere ao papel da Extensão Universitária vinculada ao Ensino e Pesquisa no âmbito acadêmico. Delineia partindo do objetivo de contextualização da trajetória dos componentes históricos e como se caracteriza a Extensão, sobretudo para além da dinâmica da universidade, entendendo o seu papel fundamental no contato com a sociedade.

Destarte, abordaremos a Extensão no campo acadêmico enquanto um processo de educação que, para além de um instrumento emancipatório, proporciona uma relação dialética entre os sujeitos envolvidos, aproximando a teoria do campo da realidade. Trataremos como a sua prática de forma intrínseca à pesquisa proporciona ultrapassar a aparência dos fenômenos, de modo que a universidade se desloca da sua referência enquanto lugar de prestação de serviços para pensar a transformação das desigualdades sociais e sistemas de opressão nessa ordem social, cumprindo um papel político na vida dos sujeitos sociais que estão nos espaços internos e externos da universidade.

## METODOLOGIA

Na elaboração deste trabalho houve a instrumentação do método de pesquisa exploratória, na medida em que as problematizações do trabalho tangenciaram tanto ao conjunto de questões abordadas quanto facultaram análises acerca de informações obtidas na atividade de Extensão versada. De acordo com Gil (2004), na pesquisa exploratória tem-se por objetivo desenvolver questões com base em conceitos e interpretações analítica de dados, de modo a atribuir maior familiaridade a uma determinada problemática.

O processo de exposição das problematizações deste trabalho aparece caracterizado em dois momentos, não necessariamente cindidos entre si. Assim, os momentos estão estruturados a partir da: I) – caracterização da Extensão universitária; II) – apresentação de avaliação da ação de Extensão desenvolvida.

No desenvolvimento do trabalho se aborda o significado que apresenta a Extensão universitária a partir de elementos históricos, da apreensão teórico-conceitual crítica, da sua relação com as dimensões do Ensino e da Pesquisa; bem como, na sua relação com a realidade social e com o significado que conforma para o curso de Serviço Social. No processo de ponderações analíticas sobre a ação de Extensão desenvolvida, buscou-se fazer uso de informações adquiridas para avaliação dos resultados da ação de Extensão.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Extensão Universitária tem um papel fundamental e articulador com o ensino e pesquisa, juntos formam o tripé das universidades. Essas três modalidades com características complementares constituem o pilar que sustenta a formação acadêmica. Sendo assim, as universidades “[...] obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, art. 207 CF/88” (BRASIL, 1988). O Ensino é posto como forma de capacitação do estudante para a área profissional escolhida, a Pesquisa atua no desenvolvimento para a produção científica e a Extensão vai além dos muros da universidade, ela cumpre o papel de conectar a sociedade com o mundo acadêmico através de um movimento que aproxima as diversas formas de conhecimento com troca mútua.

O histórico da Extensão Universitária passa por diversas fases. Paulo Freire, em uma de suas análises, critica alguns tipos da aplicação de Extensão. Com base nessa crítica, ele indica que a Extensão merece ressalvas quando se caracteriza como:

[...] Invasão cultural (através do conteúdo levado, que reflete a visão do mundo daqueles que levam, que se superpõe à daqueles que passivamente recebem). Parece-nos, entretanto, que a ação extensionista envolve, qualquer que seja o setor em que se realize, a necessidade que sentem aqueles que a fazem, de ir até a “outra parte do mundo”, considerada inferior, para, à sua maneira, “normalizá-la”. Para fazê-la mais ou menos semelhante a seu mundo (FREIRE, 1983, p. 13).

Ao contrário dessa caracterização, Freire defende que a Extensão, enquanto prática educativa, deve propor a liberdade e a troca de conhecimento para educar e educar-se. Assim, afirma:

Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais (FREIRE, 1983, p. 14).

Estar ciente do processo libertador e rico que existe nessa troca de saberes entre academia e sociedade faz com que a Extensão Universitária contribua tanto para o crescimento intelectual e crítico do indivíduo, quanto ao crescimento de uma sociedade menos desigual.

Para que se tenha uma compreensão do potencial de transformação e incidência que a Extensão promove na realidade social, faz-se necessário compreender seu percurso histórico. No Brasil, na década de 1930, a Extensão cumpria um caráter de apenas informar para a sociedade seus saberes através de cursos e conferências. Mas a partir de 1980, essa comunicação entre academia e sociedade é ampliada a fim de estabelecer uma troca de saberes, como uma espécie de mão dupla entre conhecimento científico e conhecimento empírico da comunidade (FARIAS, RODRIGUES, CARDOSO, 2019, p. 3 - 4).

A institucionalização da Extensão Universitária antecede a Constituição Federal de 1988. Através de movimentos culturais e políticos organizados pela União Nacional dos Estudantes (UNE), no início dos anos de 1960 surgiram lideranças estudantis que contribuíram para uma reflexão crítica a partir das contradições vividas da época. Essas lideranças, mediante a aproximação com a realidade e problemáticas sociais, defendiam a reforma universitária como forma de resistência e transformação social (FORPROEX, 2012).

Com a instauração da Ditadura Militar em 1964, a educação passou por três momentos com marcos importantes que foram: o Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), o Projeto Rondon, em 1967 e a promulgação da Lei n. 5.540/68, que diz respeito à Reforma Universitária em 1968. Assim, ficou estabelecido:

[...] as universidades e as instituições de ensino superior estenderão à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes” (Artigo 20) e instituiu a Extensão Universitária. Os termos dessa institucionalização foram os seguintes: “As instituições de ensino superior: a) por meio de suas atividades de extensão proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento; (Artigo 40) [...] (FORPROEX, 2012).

Com esse fortalecimento do conhecimento acadêmico e o conhecimento popular, em 1987 foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, atualmente chamado de “Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras” (FORPROEX). Logo após, com a Constituição Federal de 1988 a atividade extensiva foi confirmada com o princípio da indissociabilidade entre Ensino-Pesquisa-Extensão (GADOTTI, 2017, p. 2).

Os impactos de transformação oferecidos pela prática Ensino-Pesquisa-Extensão vão além de beneficiar a sociedade. O alcance atinge a todo um grupo envolvido, os atores participativos podem fazer parte da academia e/ou parte da comunidade. Mesmo com perfis diferentes, contribuem para a formação de conhecimento. Essa troca de saberes pode ser manifestada de diversas formas, através de cursos, encontros culturais, palestras, rodas de conversas, pesquisas de campo, Universidade com portas abertas para comunidade etc. (FORPROEX, 2012). Seguindo este modelo de Ensino-Pesquisa-Extensão foi criado a atividade “Ciclo de Debates – Particularidades da Política Social no Brasil: lutas, avanços e descaminhos na efetivação da proteção social”.

A ação foi estruturada a partir dos conteúdos que perpassam o plano de ensino da disciplina de Política Social II, do Curso de Serviço Social da UFS, com o objetivo de discutir de forma combinada as especificidades da configuração da política social no Brasil, suas características, legislações e desafios frente à conjuntura neoliberal.

A iniciativa envolveu professores e estudantes da graduação/pós-graduação da UFS, mas também membros da comunidade externa: gestor municipal, assistentes sociais, membros de controles sociais de políticas sociais, usuários de serviços públicos, além de outros. O propósito da ação foi construir canais de problematizações teóricas e de diálogo entre membros da comunidade acadêmica e externa, para formulações teórico-prático acerca de problemáticas, questões e necessidades diversas da realidade social, que tocam essencialmente às políticas sociais.

Foram organizadas mesas temáticas de debates com profissionais do Serviço Social que atuam em diversas políticas sociais. A primeira se encarregou de discutir o “Brasil Profundo – a implementação da política social nos pequenos municípios”, contemplada pela presença de uma assistente social, professora e atual gestora municipal. A segunda mesa temática propôs tocar sobre “A mulher na Previdência: o direito à aposentadoria das assim chamadas ‘donas de casa’”, esse espaço foi composto por uma assistente social, professora e pesquisadora da temática. Por fim, a terceira mesa temática visou discutir “A Privatização Silenciosa da Saúde: as parcerias público privada na gestão do Sistema único de Saúde (SUS)”, com a colaboração também de uma assistente social e professora que estuda sobre a temática abordada.

Dessa forma, a interlocução com os campos de atuação foi sendo gradativamente trabalhados nas argumentações apresentadas. A atividade gerou uma articulação entre as dimensões crítica, propositiva, investigativa e intervenciva. Isso também possibilitou, sobretudo, a troca de experiências e a produção de conhecimento através das pesquisas sobre os conteúdos.

Na dinâmica ocorrida no evento “Ciclo de Debates – Particularidades da Política Social no Brasil: lutas, avanços e descaminhos na efetivação da proteção social” é possível notar como a aplicação da indissociabilidade entre Extensão-Esino consegue romper com a prática tradicional de ensino que fica restrita apenas na sala de aula.

O ensino se caracteriza como mecanismo que fomenta a produção e troca do conhecimento, conecta sujeitos, expressa os aspectos culturais e reforça os aprendizados. A apreensão teórica, no entanto, é um acúmulo que não pode ficar restrito a academia, precisa ser traduzido em práticas que extrapolem os ambientes das Instituições de Ensino (IEs) e desencadeiem transformações sociais:

Desse modo, a educação freireana teria dois objetivos básicos: a criação do conhecimento e a transformação-reinvenção da realidade. Com efeito, o conhecimento seria produto ou resultado da ação-reflexão humana para a transformação ou reinvenção da realidade. O processo constante de busca da transformação reinvenção da realidade por meio da ação-reflexão humana seria o próprio ato de criação do conhecimento, isto é, a educação (COSTA, 2015, p. 78).

A reflexão freireana acerca do desenvolvimento do processo educacional nos ajuda a compreender o ensino não como algo estático, fechado em uma única perspectiva de saber, mas percebê-lo sob o prisma da dialética. Teoria posta em relação com a realidade e sendo traduzida em prática no cotidiano; isto é, entrelaçada ao movimento da sociedade (COSTA, 2015).

Nessa direção a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) prescreve como entendimento no art. 1º que “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Para Chauí (2003) a formação fixa a importância de estabelecer um resgate histórico social, comprehende um conjunto de mediações, de diálogos e interlocuções de ideias e entre metodologias que gerem aproximações entre a teoria e a realidade. Significa,

[...] introduzir alguém ao passado de sua cultura [...], é despertar alguém para as questões que esse passado engendra para o presente, e é estimular a passagem do instituído ao instituinte. [...]. Podemos dizer que há formação quando há obra de pensamento e que há obra de pensamento quando o presente é apreendido como aquilo que exige de nós o trabalho da interrogação, da reflexão e da crítica, de tal maneira que nos tornamos capazes de elevar ao plano do conceito o que foi experimentado como questão, pergunta, problema, dificuldade (CHAUÍ, 2003, p. 12).

A universidade é, então, um dos polos para desenvolver esse processo de ação-reflexão crítica. Em sua função social imbrica-se ao método dialógico e aos resultados das pesquisas, das informações científicas, dos avanços tecnológicos, para retornar à comunidade, viabilizando a propagação da qualidade de vida e a disseminação de serviços que promovam a melhoria local. Além disso, está intrínseco entre seus compromissos ser democrática e ter seu acesso democratizado (NOVAES; FONSECA, 2020).

A educação pode ser, acima de tudo, emancipatória, se em seu exercício diário houver o interesse dos sujeitos sociais em seu compartilhamento, ou seja, torná-la um bem público, social, que são refletidos pelas ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, e que sintetizam o retorno dos investimentos realizados pelo coletivo dos cidadãos.

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 ratifica que “[...] a garantia do direito à educação requer que ela seja significativa, isto é, dotada da qualidade que transforme a vida dos indivíduos e que esses, por sua vez, sejam capazes de modificar positivamente a sociedade” (BRASIL, 2015).

Nesse aspecto, quando se trata de universidade enquanto instituição pública, no conjunto de suas atribuições, incorpora-se o exercício da missão de “Contribuir para o progresso da sociedade por meio da geração de conhecimento e da formação de cidadãos críticos, éticos e comprometidos com o desenvolvimento sustentável” (UFS, 2018, p. 21).

Nessa direção, o intuito da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) ao construir e consolidar as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social (1996) foi justamente reafirmar a coerência necessária aos processos formativos das IEs e promover o enfrentamento da desintegração curricular, que fragmenta as disciplinas em blocos isolados e dificultam a congruência entre o tripé do Ensino, da Pesquisa e da Extensão<sup>i</sup>. Reitera o compromisso de que o conhecimento deve extrapolar o ambiente de sala de aula.

A mesma orientação encontra-se em discussão no documento sobre Curricularização da Extensão da ABEPSS (2021), com vistas a impulsionar uma maior dinamicidade aos currículos, leva-se em consideração as particularidades que permeiam a carga horária docente, os tipos de atividade que serão executadas, que nesse caso precisam estar indicadas nas minutas e documentações, a atenção para a realidade do corpo estudantil composto de trabalhadores, as fontes de financiamento, a relação com o estágio e as atividades complementares (ABEPSS, 2021).

As orientações propostas pela ABEPSS seguem na contratendência das contrarreformas que a educação tem experimentado. O conjunto de normativas efetuadas pelo governo federal dificultam o acesso, a permanência, o financiamento e a qualidade dos serviços prestados, aprofundam a precarização do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. Medidas que podem ser visualizadas através de programas como o Future-se e da Emenda Constitucional 95/2016<sup>ii</sup>.

No que toca sobre as dimensões entrelaçadas do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, vem ocorrendo uma gradual desinformação e desestímulo.

A forma atual do capitalismo caracteriza-se pela fragmentação de todas as esferas da vida social, partindo da fragmentação da produção, da dispersão espacial e temporal do trabalho, da destruição dos referenciais que balizavam a identidade de classe e as formas de luta de classes. [...] permeado por um espaço e um tempo virtuais que nos afastam de qualquer densidade material; “meio ambiente” perigoso, ameaçador e ameaçado, que deve ser gerido, programado, planejado e controlado por estratégias de intervenção tecnológica e jogos de poder. Por isso mesmo, a permanência de uma organização depende muito pouco de sua estrutura interna e muito mais de sua capacidade de adaptar-se rapidamente a mudanças rápidas da superfície do “meio ambiente”. Donde o interesse pela ideia de flexibilidade, que indica a capacidade adaptativa a mudanças contínuas e inesperadas (CHAUÍ, 2003, p. 7).

A crise sanitária desencadeada pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19) impôs em março de 2020 a reestruturação das atividades acadêmicas, medida emergencial para o cumprimento das aulas referente ao início ou continuidade do semestre letivo.

O conjunto de providências adotadas provocou a readaptação do ensino para um sistema que prezasse, naquele momento, pelo distanciamento social. Dentre as medidas implantadas, tornou-se eminente o ensino denominado remoto, que viabilizasse que professores e alunos se conectassem de modo síncrono e assíncrono através da utilização dos recursos tecnológicos, plataformas digitais e rede de internet, para assim efetivar as interações acadêmicas.

A primeira regulamentação em 17 de março de 2020 foi a Portaria do Ministério da Educação nº 343, publicada no Diário Oficial da União, que no intuito de instituir formas de enfrentamento à COVID-19 dispôs acerca da substituição das aulas presenciais por meios eletrônicos. Com a determinação explicitada no Art. 1º, foi autorizada: “a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor [...]”, fixou-se também a excepcionalidade dessas deliberações. A referida norma exemplificou uma suspensão das ações presenciais, por um período de 30 (trintas) dias, porém com uma previsão de prorrogação pelo tempo em que a emergência de saúde pública perdurasse (BRASIL, 2020).

No cenário em pauta, o Ensino, a Pesquisa e a Extensão não ficaram de fora da reformulação requerida pela atual conjuntura. Nesse sentido, é imprescindível refletir acerca de alguns dos desafios inerentes a esse contexto, são eles: a cobertura tecnológica requerida para sua realização plena, seja pela exigência de que o alunado possua aparelhagem tecnológica (notebook, computador, celular, entre outros), o acesso e a cobertura ou até mesmo a estabilidade da rede de internet. Outro fator que não pode ser menosprezado nessa fase é a capacitação para a utilização de plataformas digitais, se estas são acessíveis e a facilidade, habilidade e domínio do uso por parte da comunidade que se pretende atingir.

Em contrapartida, deve-se levar em consideração que a Extensão executada remotamente gerou algumas alternativas ou vantagens - ainda que guarde contradições -, no sentido de expandir a participação de estudantes, profissionais e palestrantes de múltiplas regiões do país em eventos diversificados. Situação que não seria possível em decorrência da pandemia, seja pela inexistência de espaços físicos adequados para abarcar um quantitativo maior de pessoas, pelas normas de biossegurança e até mesmo pela inexistência de salas de aulas amplas e disponíveis nas universidades para agregar um público cada vez maior de participantes. Outro dado inerente a dimensão extensionista é a onerosidade dos eventos, que nem sempre há recursos à disposição para realização de ações que não possuem uma base de financiamento. Percebe-se que nesse período de distanciamento social, vivenciamos a ampliação de espaços de formação fundamentados no âmbito da Extensão.

Nesse cenário com o objetivo da manutenção das ações de Extensão, por compreendê-las como essenciais para a manutenção da relação teórico-prática, assim como para a indissociabilidade do tripé universitário, as atividades acadêmicas fora do âmbito da sala de aula também foram implementadas de forma remota.

Um exemplo da relação intrínseca entre Ensino e Extensão pode ser vislumbrada através da disciplina obrigatória de Política Social II, do Curso de Serviço Social da UFS, que conforme cadastro da ementa da disciplina no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA/UFS), o conteúdo programático da disciplina deve se deter sobre:

O padrão de proteção social brasileiro até 1988. A Constituição de 1988 e a nova conformação do padrão de proteção social no Brasil. Os princípios da descentralização e municipalização. A constituição do fundo público. O papel dos sujeitos políticos na formulação e gestão das políticas sociais públicas e privadas. As políticas setoriais e a legislação social. Formulação e gestão das políticas sociais do Brasil no contexto do neoliberalismo. A questão da focalização.

No que versa as temáticas abordadas na disciplina, nota-se a importância de trabalhar aspectos que caracterizam a constituição da sociedade brasileira e configuram as políticas sociais. Elementos que foram

incorporados no evento “Ciclo de Debates – Particularidades da Política Social no Brasil: lutas, avanços e descaminhos na efetivação da proteção social” em pauta neste artigo. Ao propor discussões que se referem à implementação das políticas sociais nas realidades locais, os impactos da conjuntura neoliberal para o sistema protetivo, resgatando simultaneamente a correlação de forças imbricadas nesse processo, as quais ocasionam os limites, desafios e possibilidades para efetivação de direitos.

A relação entre Ensino e Extensão se expressa ainda na fase do planejamento das disciplinas e no direcionamento que é empreendido às ementas. Ademais, se exprime também na vinculação dos conteúdos com a realidade social, na forma como se destrincham as mediações teóricas, e, sobretudo, quando ocorrem as aproximações com os debates inerentes aos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social, além da correspondência com arcabouços de pesquisas.

Isso significa a necessidade de constante atualização frente às demandas impostas pelos diferentes contextos sociais, sobretudo aos ataques sofridos pelas políticas sociais no capitalismo. O que a Pesquisa em sua interlocução inegociável ou inseparável com a Extensão contribui para o processo de formação dirigido pela dimensão do Ensino, que se deve efetuar conectado com a realidade contemporânea e com as descobertas em curso e/ou produções investigativas acerca da realidade já acumuladas.

A pesquisa encontra-se como um pilar fundamental na produção de conhecimento, sobretudo para aproximar-se da realidade. Segundo Pedro Demo (1985), não é possível, através da pesquisa esgotar essa análise, dado que sempre haverá novos questionamentos tornando a atividade investigativa infindável. Contudo, por intermédio da pesquisa emerge a possibilidade de, para além da aparência, compreender os fenômenos em sua essência. Portanto, a pesquisa é o meio pelo qual se conhece cientificamente o que se propõe contestar.

No âmbito das Ciências Sociais, pesquisar requer do sujeito embasamento teórico para fundamentar com credibilidade a análise proposta, assim como importa articular a observação empírica e “trazer a teoria para a realidade concreta” (DEMO, 1985, p. 26). Entretanto, enfatizamos a relevância de um olhar ampliado acerca do objeto sem reduzi-lo ao empirismo. Considerando que não existe neutralidade científica, a pesquisa é permeada de intencionalidade. Desse modo, o(a) pesquisador(a) indica quais os seus interesses de análise, podendo conformar-se com o que está posto na sociedade ou ter uma perspectiva de transformação da realidade. É nessa concepção que se encontra a pesquisa no âmbito do Serviço Social.

Para que a universidade seja de fato socialmente referenciada, quando se trata de Extensão e Pesquisas, é importante não limitar a uma análise da realidade que tenha por objetivo a prestação de serviços. É necessário compreender a pesquisa como um instrumento que faz leitura da realidade direcionada para transformação tanto da universidade, em sua esfera mercadológica, como também dessa ordem societária permeada de desigualdades e estruturada de opressão nas relações sociais. Ponderamos que essas mudanças podem ser alcançadas quando a pesquisa é direcionada por meio de um diálogo dialético entre a instituição e sociedade no processo de articulação da teoria e realidade (DALCIN; AUGUSTI, 2016).

De acordo com Meszáros (2008), a educação é um espaço por excelência da qual a pesquisa faz parte e é necessária para confrontar a atual ordem societária com objetivo de mudanças estruturais. Para isso, é imprescindível refletir sobre a necessidade de romper com a lógica perversa e alienante do capitalismo, que transforma a educação em mera mercadoria e não um meio para alcançar a emancipação dos indivíduos. É por meio do conhecimento que há possibilidade em levar os sujeitos entender a essência dos fenômenos e lógica do sistema capitalista. Conforme o autor,

Vivemos sob condições de uma desumanizante alienação e de uma subversão fetichista do real estado de coisas dentro da consciência (muitas vezes também caracterizada como “reificação”) porque o capital não pode exercer suas funções sociais metabólicas de ampla reprodução de nenhum outro modo. Mudar essas condições exige uma intervenção consciente em todos os domínios e em todos os níveis da nossa existência individual social (MESZÁROS, 2008, p. 59, grifo nosso).

Em vista disso, dentro da ordem do capital a educação estabelecida, bem como a pesquisa científica em sua qualidade formal contribuem para retroalimentar o sistema capitalista. Sendo assim, a nosso juízo, somente

por meio da educação a partir de um pensamento crítico e questionador é possível elevar os indivíduos a uma consciência que caminha para um projeto de transformação da sociedade.

Para atividades de Extensão que visem a contribuição de pesquisa com qualidade política através de uma perspectiva crítica, é fundamental a construção do conhecimento em conjunto. Assim, os sujeitos participam dessas ações de forma dialogada com a academia, possibilitando a aprendizagem para além dos campos da universidade. Essa interlocução permite vários tipos de relações, como por exemplo a articulação da universidade com movimentos sociais e outras organizações intentando alcançar políticas públicas e outras intervenções na sociedade que tem por objetivo preparar indivíduos em direção de um projeto emancipatório (FORPROEX, 2012).

Ao se tratar da esfera do Serviço Social, a Pesquisa não compõe meramente uma disciplina que faz parte de elementos curriculares, é indispensável e constitui-se dimensão investigativa no processo de formação do(a) assistente social. Além disso, segundo a Lei n. 8662/1993, de regulamentação da profissão, é determinado ao(a) assistente social colocar a pesquisa como elemento característico do seu trabalho (BRASIL, 2012). Tendo isso em vista, pensar a atuação profissional supõe levar em consideração na atual conjuntura a importância da compreensão propositiva/investigativa do contexto que estamos vivendo e no qual esse(a) assistente social está inserido(a).

Desse modo, é primordial para o Serviço Social, por meio da pesquisa, analisar de maneira crítica a dimensão da realidade e expressões da questão social enquanto objeto e elemento central para a intervenção profissional (IAMAMOTTO, 2005). Por isso, desde o desenvolvimento na academia é importante que o(a) discente construa o pensamento analítico a partir dessa imbricação do Ensino-Pesquisa-Extensão na universidade. Entendendo que é de extrema relevância para a sua atuação profissional a compreensão de uma realidade que não se encontra estática, pelo contrário, está em constante movimento. Logo, as atividades de Extensão, como a Pesquisa, permitem ao(a) aluno(a) essa dimensão analítica para construir uma formação com a capacidade de ao chegar no campo de atuação profissional formular projetos que tencionem intervir na realidade.

Dentre o elenco de problemáticas que levanta a respeito da relação entre a produção de conhecimento e a realidade, é precisamente a tese 11, aquela que mais ficou conhecida acerca das Teses sobre Feuerbach<sup>iii</sup>. A questão que toca aparece, não raramente, em citações quando se problematiza sobre a capacidade humana de produzir conhecimento direcionado para a intervenção na realidade social.

Nessa tese aparece de maneira muito precisa a indicação da indissociabilidade que se deve existir entre o conhecimento produzido, referenciado socialmente, e a intervenção sobre o universo de problemáticas da vida cotidiana. Em outros termos, a tese 11 toca sobre a unidade entre teoria e prática, isso porque pondera que “os filósofos só interpretaram o mundo de diferentes maneiras; do que se trata é transformá-lo” (MARX, 2007, p. 103).

Mediante tal consideração, aparece o lugar e importância social do conhecimento produzido na universidade para o conjunto de problemáticas, questões e necessidades diversas que a sociedade está mergulhada, cuja sobre elas se demanda não só a compreensão, mas também respostas práticas. Como se sabe, o conhecimento produzido nas universidades é referenciado socialmente porque tanto está amparado na pesquisa com rigor científico quanto porque apresenta respostas ou caminhos para questões práticas, no sentido de contribuir para o desenvolvimento cultural, social, econômico e o bem-estar da sociedade.

Nessa direção a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) comparece ao indicar dentre às finalidades da educação superior, a necessidade de:

Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; b) promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (BRASIL, 1996).

Dessa forma, as universidades se colocam com escopo à produção de conhecimento que não se encerrem em si mesmo ou se caracterizem como produções abstratas, próprias de uma tendência do conhecer por conhecer. Portanto, fechada em seus próprios muros, em que se reproduz o espectro de uma intelectualidade pretensamente diferenciada, com um certo acento elitista – que imperou ou ainda impera sobre os ingressos no ensino superior -, consequentemente afastado dos segmentos da sociedade.

Seguindo o caminho indicativo que a LDB confere às finalidades do ensino superior, a universidade se constitui em um espaço privilegiado para construção de saberes conectados aos interesses sociais e/ou comunitários, de modo que o conhecimento produzido e a dinâmica de formação superior sejam possíveis de se “impregnar de sentido das práticas da vida cotidiana”, conforme a orientação educativa fundado na perspectiva freiriana. Isso, na medida em que o conhecimento produzido e socializado, bem como as demais dimensões ou experiências da formação superior compareçam entrelaçados à cotidianidade da vida que se desenrola para além dos muros da universidade.

Ao estar imbricada aos interesses e demandas sociais numa direção não só do conhecimento, mas que simultaneamente assumam um sentido prático-interventivo sobre a realidade social, a formação superior comparece enquanto instituição com sentido para o miúdo da vida diária dos sujeitos sociais, da comunidade que compõe seu espaço interno e externo, dos sujeitos coletivos (movimentos sociais, ONG's, associações populares e profissionais etc). A dimensão da Extensão aparece como uma mediação fundamental para efetivar essa perspectiva. Ela cumpre esse papel de mediação ao menos em dois sentidos, conforme a compreensão dialética dessa categoria, porque se manifesta objetivamente: como ponto de conexão ou articulação e ao mesmo tempo como impulso para transformação da totalidade (HEGEL apud NÓBREGA, 2010).

A dimensão da Extensão na academia estabelece conexões com processos particulares existentes na realidade objetiva. Articula relações entre partes de uma totalidade (p. ex.: *a*) na articulação com/entre as dimensões do Ensino e da Pesquisa, dentro na vida acadêmica; *b*) na conexão estabelecida entre da vida acadêmica e a vida comunitária). Do mesmo modo, as conexões que estabelece possibilitam ações que incide na realidade, redundando em movimento de transformação ou modificação - às vezes de maneira direta, outras vezes de modo indireto (p. ex.: *a*) por meios de serviços prestados; *b*) através de debates, construção de consensos e trocas de saberes que possibilitem formulações institucionais a fim de atender a demandas sociais, como a formulação de políticas públicas).

Decerto, estejam nas ações de Extensão aquela dimensão em que se mostra mais diretamente visível a vinculação da universidade com o interesse social, tanto do ponto de vista da pesquisa no processo de elaboração de conhecimento socialmente referenciado quanto sob o prisma de construção de caminhos estratégicos para intervenção sobre as inúmeras instâncias do cotidiano em que se desenrola a vida social.

É do cotidiano que emergem as problemáticas, questões e necessidades postas pela sociedade. É dessa esfera que as ações de Extensão encontram os elementos objetivos para tecer os laços entre a comunidade acadêmica e a comunidade externa, mergulhando nos interesses dos sujeitos coletivos, concretizando a finalidade social que deve cumprir a universidade, em articulação com esses mesmos sujeitos numa relação de reciprocidade e proatividade (de ambas as partes). O cotidiano com todas as suas instâncias é o humo para efetividade das ações de Extensão, posto que, se o cotidiano é o espaço em que se opera a repetição, o banal, o fragmentário e o acaso, é também o espaço em que emana a consciência coletiva, as fontes de conhecimento e de práticas sociais transformadoras (FALCÃO; NETTO, 1989).

Por meio das atividades de Extensão as demais dimensões da formação superior (o Ensino e a Pesquisa), na perspectiva da Política Nacional de Extensão Universitária de 2012, abrem-se brechas em que se é possível transpor implicações das determinações do capital sobre as práticas educativas na universidade. Determinações que se objetivam através do tecnicismo pari passu ao individualismo e através da mercantilização dos espaços acadêmicos, ao se conceber o ensino superior como um meio de formação de força de trabalho qualificada para atender, fundamentalmente, aos interesses de lucratividade dos

empreendimentos empresariais ou mesmo como meio de titulação, unicamente, para fins de ascensão econômico e social; além de se direcionar, principalmente, a produção de saberes e o desenvolvimento da pesquisa sob orientação dos princípios de interesses comerciais.

Não é possível esperar que “naturalmente” ou por inércia própria a universidade que está inserida na totalidade capitalista se entrelace aos interesses emancipatórios mais essenciais da sociedade, pois como ressalta Mészáros (2008, p. 45):

Esperar da sociedade mercantilizada uma sanção ativa [...] de um mandato que estimule as instituições de educação formal a abraçar plenamente a grande tarefa histórica do nosso tempo, ou seja, a tarefa de romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana, seria um milagre monumental. É por isso que, também no âmbito educacional, as soluções “não podem ser formais; elas devem ser essenciais”. Em outras palavras, elas devem abarcar a totalidade das práticas educacionais [...].

É por essa razão que os processos, instâncias e dimensões da formação acadêmica devem estar permeados e imbricados, em termos teórico-prático, com os sujeitos sociais e coletivos que formam a comunidade interna e externa na universidade. Para isso, a dimensão da Extensão revela seus potenciais de articulação entre os processos de formação acadêmica e os movimentos sociais, as entidades de representação profissionais e/ou de trabalhadores, os interesses coletivos de segmentos populares e/ou da sociedade etc. Essa articulação é ainda mais necessária para aqueles cursos em que há um projeto profissional comprometido com a perspectiva emancipatória e com a universalização e concretização de uma cidadania ampliada, como o Serviço Social<sup>iv</sup>.

O projeto profissional ou o já conhecido projeto ético-político do Serviço Social impõe a concretização de direitos e a prestação de serviços sociais por meio das políticas públicas como uma ferramenta para buscar efetivar seu compromisso profissional. Nesse sentido, são imprescindíveis as interlocuções com sujeitos sociais e coletivos portadores de demandas e interesses políticos, culturais e socioeconômicos na direção do seu projeto ético-político, desde o processo de formação até o exercício profissional nos campos de atuação das/os assistentes sociais.

No processo de formação no âmbito da universidade, dentre outras formas, as ações de Extensão são espaços estratégicos de mediação para as interlocuções indispensáveis ao Serviço Social. Não à toa, apresentam indiscutível regularidade no desenvolvimento curricular do curso e revela o envolvimento de discentes, docentes e técnicos em ações de Extensão, como: eventos, projetos, oficinas, mesas redondas, dentre outras.

O “1º Ciclo de Debates – Particularidades da Política Social no Brasil: lutas, avanço e descaminhos na efetivação da proteção social”, ação de Extensão desenvolvida pelo Departamento de Serviço Social da UFS, mostrou ser uma mediação relevante para consecução da relação entre o processo de formação superior (com as demais dimensões que comporta), a realidade social, a diversidade dos segmentos da sociedade e o projeto profissional do Serviço Social fundado na unidade entre teoria e prática.

Rapidamente, a apresentação de informações avaliativas<sup>v</sup> de caráter “quantitativo” sobre o “1º Ciclo de Debates – Particularidades da Política Social no Brasil: lutas, avanço e descaminhos na efetivação da proteção social” indicaram que acima de 80% dos participantes consideraram de extrema relevância os debates temáticos realizados. Como também revelou que aproximadamente 78% da participação dos discentes e profissionais afirmaram que a ação contribuiria para formação e atuação profissional. Além disso, acima de 75% indicaram que o canal de debate e diálogo construído possibilitaria projetar estratégias diante de questões e problemáticas sociais que a realidade impõe formulações e respostas intervencionistas.

O conjunto das informações acima releva a imprescindibilidade da dimensão da Extensão para o processo de formação do Serviço Social, ancorado no projeto profissional que construiu histórica e coletivamente. Longe de ser a prima pobre, como muitas vezes é tacitamente concebida, a Extensão diante do Ensino e da Pesquisa, para o Serviço Social essa dimensão se expressa como fundamental.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Extensão, em sua essência, integra um conjunto de articulações entre ensino, serviço, pesquisa e intervenção, que funcionam de forma complementar. Entende-se que esta perpassa o âmbito da formação e se estende para a esfera da prática profissional, e pode imprimir um trabalho na direção do conhecimento-emancipação. Com a regulamentação legal do tripé da universidade, alcançamos a sua consecução, que dentre os seus atributos destacam-se o seu caráter integrador com a comunidade, ao reunir as demandas dos sujeitos sociais e inseri-las nos estudos que são desenvolvidos e que vão se efetuar por meio de eventos, ações, rodas de conversas, mesas de debates, projetos, orientações, informações, investigações, dentre outros.

O evento “Ciclo de Debates – Particularidades da Política Social no Brasil: lutas, avanços e descaminhos na efetivação da proteção social” foi formulado e executado no sentido de reafirmar a importância de discussões que compõem o eixo da seguridade social brasileira defronte aos desafios que transcorrem o contexto contemporâneo e implicam nos limites para a atuação profissional, bem como para a manutenção da universidade em sua missão fundamental. Deveras, reconhecer como crucial a Extensão Universitária é atribuir um lugar de destaque no que diz respeito aos investimentos públicos, nos planos de trabalho e nos programas das disciplinas curriculares. É pautar o conhecimento na perspectiva da totalidade e abrir as portas das IE's para a sociedade adentrar, agregar e se tornar parte do espaço que é público e seu por direito.

## REFERÊNCIAS

- ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social.** Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10#:~:text=As%20atuais%20Diretrizes%20Gerais%20paracompreens%C3%A3o%20do%20significado%20social%20da>. Acesso em: 16 jul. 2021.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 23/12/1996, p.27.833. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 19 jul.2021.
- BRASIL. **Portaria nº 343, de 17 de Março de 2020.** Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 21 jul. 2021.
- BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** 10ª. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.
- BRASIL. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em 24 jul. 2021.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024:** Linha de Base. – Brasília, DF : Inep, 2015. 404 p.: il. ISBN 978-85-7863-046-1 1. Educação - Brasil. 2. Plano Nacional de Educação. I. Título.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, 5 out 1988. Disponível em: [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_18.02.2016/art\\_207.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_18.02.2016/art_207.asp). Acesso em: 20 jul. 2021.
- CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva.** Revista Brasileira de Educação. Set /Out /Nov / Dez. 2003. N° 24.
- COSTA, José Junio Souza da. **A Educação Segundo Paulo Freire: uma primeira análise filosófica.** Volume VII. Número 18. Ano 2015. ISSN 1984-9052.p. 72-88.
- DALCIN, Larissa; AUGUSTI, Rudinei Barichello. **O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como paradigma de uma universidade socialmente referenciada.** Revista ELO: Diálogos em Extensão, volume 05 nº03. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/elo/article/view/1168/623>. Acesso em: 30 jul. 2021.

- DE FARIAS, Glorgia Barbosa de Lima; RODRIGUES, Roberto Senna; CARDOSO, Sérgio Ricardo Pereira. **A extensão acadêmica como ferramenta para aprendizagem no ensino superior.** HOLOS, v. 2, 2019. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/9133>. Acesso em: 21 jul. 2021.
- DEMO, Pedro. **Introdução a metodologia da ciência.** 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Atlas, 1985.
- FALCÃO, Maria do Carmo; NETTO, José Paulo. **Cotidiano: conhecimento e crítica.** São Paulo: Cortez, 1989.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação Rural.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. Disponível em: <https://cpers.com.br/paulo-freire-17-livros-para-baixar-em-pdf/>. Acesso em: 22 jul. 2021.
- FORPROEX, 2012. **Política Nacional de Extensão Universitária.** Porto Alegre: UFRGS. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A3ria-e-book.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.
- FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária.** 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A3ria-e-book.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2021.
- GADOTTI, Moacir. **Extensão universitária: para quê.** Instituto Paulo Freire, v. 15, 2017. Disponível em: [https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o\\_Universit%C3%A3ria - Moacir\\_Gadotti\\_fevereiro\\_2017.pdf](https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A3ria - Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf). Acesso em: 22 jul. 2021.
- GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade no trabalho do assistente social.** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/Jarina%20Ferraz/Downloads/GUERRA %20A%20INSTRUMENTALIDADE%20NO%20TRABALHO%20DO%20ASSISTENTE%20SOCIAL.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 8<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético - político do Serviço Social.** In: BRAVO, Maria Inês Souza et al. **Saúde e Serviço Social: Formação e trabalho profissional.** São Paulo: Cortez, 2006.
- NÓBREGA, Francisco Pereira. **Compreender Hegel.** Petrópolis: Vozes, 2010.
- NOVAES S, Cristina Verônica; FONSECA, Josefa Sônia. **A Universidade Brasileira e sua Função Social no Percurso Constitucional.** Educação como (RE) Existência: Mudanças, Conscientização e Conhecimentos. Maceió-AL. 2020. Disponível em: [https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO\\_EV140\\_MD1\\_SA21\\_ID5314\\_25082020163143.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA21_ID5314_25082020163143.pdf). Acesso em: 22 jul. 2021.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI:** para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 2004. Disponível em: <http://www.acervo.paulofreire.org/handle/7891/3915>. Acesso em: 21 jul. 2021.
- Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas. **Componente Curricular:** SSOCI0125 – Política Social II. Disponível em: [https://www.sigaa.ufs.br/sigaa//componentes/busca\\_componentes.jsf](https://www.sigaa.ufs.br/sigaa//componentes/busca_componentes.jsf). Acesso em: 21 jul. 2021.
- Universidade Federal de Sergipe. **Plano de Integridade.** Editora UFS. 2018. Disponível em: [https://integridade.ufs.br/uploads/page\\_attach/path/6331/plano\\_de\\_integridade\\_final\\_30.11.2018\\_atual.pdf](https://integridade.ufs.br/uploads/page_attach/path/6331/plano_de_integridade_final_30.11.2018_atual.pdf). Acesso em: 22 jul. 2021.

## NOTAS

- i Vale frisar que a compreensão de Extensão pautada pela ABEPSS (2021) é aquela que a concebe como “[...] popular, comunicativa e orientada para os processos de uma educação emancipatória” (ABEPSS, 2021, p. 22).
- ii Os dois instrumentos endossam a linha ultraneoliberal que tem conduzido a gestão do Estado no Brasil mais recentemente. O “Future-se” propõe reformular o Ensino Superior desconsiderando as particularidades das instituições,

professores e estudantes. Já Emenda Constitucional 95/2016 congela os gastos pelo período de duas décadas, ou seja, delibera a degradação do patrimônio público e consequentemente das políticas sociais atingidas pela disposição legal.

- iii A questão sobre a produção de conhecimento nas Ciências Sociais e Humanas guarda longa trajetória, apresenta uma variedade de implicações e está permeada por polêmicas. Ligeiramente, se pode circunscrever as grandes polêmicas em torno de duas correntes divergentes: idealismo e materialismo. Quando iniciou o desenvolvimento do seu método de apreensão da realidade, o Materialismo Histórico Dialético, Karl Marx rascunhou alguns apontamentos que ficaram conhecidos como *Teses sobre Feuerbach*.
- iv A respeito do projeto profissional do Serviço Social que foi construído histórica e coletivamente pelo conjunto das/os assistentes sociais, ver Netto (2006).
- v Embora o principal instrumento de coleta de informações para avaliação dessa ação de Extensão tenha sido por meio de coleta quantitativa de dados, o processo avaliativo da ação não ficou restrito a informações quantitativas, pois empreendeu avaliações também de natureza qualitativa.